

**A. I. Nº** - 210372.0003/09-3  
**AUTUADO** - RAMOS LIMA MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS LTDA.  
**AUTUANTE** - GENILDO VIANA SOARES  
**ORIGEM** - INFRAZ VAREJO  
**INTERNET** - 02.03.2011

#### 4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

##### ACORDÃO JJF Nº 0006-04/11

**EMENTA:** ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PARCELAMENTO TOTAL DO DÉBITO. Comprovada a consolidação do processo de parcelamento integral relativo aos débitos exigidos nas infrações 1 e 2, nos termos do art. 156, I do CTN extingue-se o crédito tributário com o reconhecimento total do débito pelo sujeito passivo, ficando, conseqüentemente, também extinto o processo administrativo fiscal em conformidade com o artigo 122, IV do RPAF/99. Defesa **PREJUDICADA**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 13/11/09 exige ICMS, no valor de R\$16.657,73 em decorrência de:

1. Efetuiu o recolhimento a menos do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devido por Microempresa – SIMPLES NACIONAL, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado – R\$2.297,85.
2. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devido por Microempresa – SIMPLES NACIONAL, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado – R\$14.359,88.

Em 18/12/09 o autuado ingressou tempestivamente com impugnação ao lançamento do crédito tributário conforme documento à fl. 123, alegando que o imposto exigido não condiz com a documentação analisada “pois constatamos que os valores são inferiores aos do Auto de Infração” e requer cancelamento do mesmo para que seja realizada uma nova fiscalização “onde serão apresentadas as diferenças encontradas”.

O autuante presta informação fiscal (fls. 151/152) inicialmente descreve os fatos ocorridos que motivaram a autuação e comenta o argumento apresentado na defesa. Esclarece que o autuado exerce atividade de farmácia de manipulação e nesta condição está obrigada a efetuar antecipação total do ICMS de qualquer mercadoria a ser comercializada. Na apuração do imposto devido por antecipação, adicionou Margem de Valor Agregado (MVA) de 100% para os produtos a serem manipulados e 20% sobre as embalagens de acondicionamento de acordo com o disposto no art. 61, “a” e “b” do RICMS/BA.

Informa que após a conclusão da fiscalização fez a entrega de todos os demonstrativos, devolveu a documentação e prestou os esclarecimentos necessários à sócia da empresa.

Afirma que a ciência da autuação ocorreu em 18/11/09, em seguida a empresa reconheceu o débito integralmente quando solicitou parcelamento e recolheu a parcela inicial em 30/11/09, entretanto em 18/12/09 “apresentou uma defesa enigmática, que além de faltar com a verdade não anexou nenhuma prova referente às suas alegações”.

A Secretaria do CONSEF acostou às fls. 159/162 detalhes do parcelamento integral do débito, pagamento da primeira parcela e interrompimento do parcelamento.

## VOTO

Analizando a seqüência dos fatos ocorridos verifico que em 18/11/09 a empresa foi cientificada da autuação e em 27/11/09 requereu o parcelamento integral do débito (fl. 164) mediante recolhimento da primeira parcela, conforme documentos acostados às fls. 154/160, o qual foi deferido em 22/12/09 (fl. 167).

Este procedimento adotado pelo contribuinte enseja confissão da dívida, o que implica em acompanhamento da administração tributária do pagamento das parcelas remanescentes.

O autuado ao reconhecer o débito total indicado no presente Auto de Infração e efetuar o respectivo pagamento da parcela inicial do parcelamento, desistiu da defesa apresentada, tornando-a ineficaz, conforme previsto pelo art. 122, inciso IV do RPAF/BA. Em consequência, fica extinto o processo administrativo fiscal, nos termos do art. 156, inciso I do CTN e **prejudicada** a defesa apresentada, devendo os autos ser remetido à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento e acompanhamento para as providências inerentes ao acompanhamento da efetivação dos pagamentos pelo sujeito passivo. Caso não ocorra o pagamento do crédito tributário na sua totalidade, deve ser providenciado termo próprio (interrupção de parcelamento, conforme documento à fl. 170) e fazer inscrição do crédito tributário não pago em Dívida Ativa (art. 91 do RPAF/BA).

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por, unanimidade, considerar **PREJUDICADA** a defesa apresentada e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº **210372.0003/09-3**, lavrado contra **RAMOS LIMA MANIPULAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA.**, devendo os autos ser encaminhado à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento e para as providências inerentes ao acompanhamento da efetivação dos pagamentos concernentes ao parcelamento do débito.

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de fevereiro de 2011.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/RELATOR

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – JULGADOR

PAULO DANILO REIS LOPES - JULGADOR